

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.085 - MG (2018/0316375-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MUNICIPIO DE SAO LOURENCO**  
**ADVOGADOS : CHARLES HENRIQUE DA SILVA - MG101956**  
**PEDRO PAULO BARREIROS AINA**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS QUE FAZEM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA - RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO FAZEM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA - RESPONSABILIDADE DO ESTADO. - Se os recursos públicos são escassos, principalmente os municipais, devem ser harmonizados para atendimento de todos os direitos fundamentais sociais. Portanto, o particular deverá reclamar do Município aqueles medicamentos e congêneres incluídos na Farmácia Básica e do Estado os medicamentos excepcionais, assim definidos através de normas expedidas pelo SUS e pelo Ministério da Saúde, não se afigurando razoável que um ente responda pelas atribuições do outro, sem qualquer previsão orçamentária para tanto. - Uma vez demonstrado que a responsabilidade para o fornecimento de suplementos alimentares é dos municípios, com fundamento na atribuição que lhes é conferida pelo SUS, correta se mostra a decisão de primeiro grau que condenou o Município ao custeio de 'Leite Aptamil I' para o apelado" (fl. 103e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 121/126e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC - REJEIÇÃO.- Os embargos declaratórios são cabíveis apenas no caso de restar configurado algum dos requisitos estipulados pelo art. 535 do CPC. - Mesmo com a finalidade de prequestionamento de matéria prevista na Constituição Federal e em legislação infraconstitucional, deve ser observada a configuração de alguma das hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, sob pena de se extrapolar os estreitos limites dos embargos. - Para eventual recurso especial ou extraordinário, basta

que a questão posta em juízo tenha sido discutida, sendo certo que o prequestionamento é de questões, e não de artigos de lei. - Embargos rejeitados" (fl. 129e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. **535, II, do CPC/73, 7º, IX e 18, I, da Lei 8.080/80**, sustentando omissão no acórdão sobre os artigos da Lei 8.080/90 que buscou prequestionar com a oposição dos Embargos de Declaração. Defende, também, a responsabilidade solidária dos entes federativos em demandas que tratam de concessão de medicamentos.

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República, ODIM BRANDÃO FERREIRA, opinou pelo provimento do Recurso (fls. 172/176e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 153e).

A irrisignação merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Quanto ao cerne da controvérsia, eis os termos do acórdão recorrido:

"E, analisando a deliberação CIB-SUS/MG n.º 670/2010, constato que as vacinas especiais 'DPAT e SAEH' não se encontram na relação da 'Farmácia Básica do Município', tratando-se, portanto, de insumos excepcionais, cuja responsabilidade pelo fornecimento recairia sobre o Estado de Minas Gerais.

Assim, o autor não poderia ter deduzido sua pretensão relativa às vacinas em face do Município de São Lourenço, já que, conforme entendimento sedimentado desta eq. 1.ª Câmara Cível, o particular

deverá reclamar do Município aqueles medicamentos e congêneres incluídos na sua esfera de atribuição e do Estado os excepcionais, assim definidos através de normas expedidas pelo SUS e pelo Ministério da Saúde.

Dessa forma, não sendo do Município a responsabilidade pelo fornecimento das referidas vacinas, com fundamento na atribuição que lhe é conferida pelo SUS, não me parece justo, nem razoável, compeli-lo a adquiri-las" (fl. 110e).

Com efeito, cabe destacar que o acórdão recorrido encontra-se em desconformidade com a jurisprudência do STJ, no sentido de que o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, do Estados e dos Municípios, de modo que qualquer desses entes possui legitimidade para constar no polo passivo da demanda, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

1. O legislador pátrio instituiu regime de responsabilidade solidária entre as pessoas políticas para o desempenho de atividades voltadas a assegurar o direito fundamental à saúde, que inclui o fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para o tratamento de enfermidades.

**2. O Superior Tribunal de Justiça, em reiterados precedentes, tem decidido que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos entes federados, de forma que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que objective o acesso a medicamentos.**

3. O acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Incidência da Súmula 83 do STJ.

4. Agravo Interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1597299/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/11/2016).

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. SÚMULA 83/STJ.

**1. A Saúde Pública consubstancia direito fundamental do homem e dever do Poder Público, expressão que abarca a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos em conjunto.**

**2. O legislador pátrio instituiu um regime de responsabilidade solidária entre as pessoas políticas para o desempenho de atividades voltadas a assegurar o direito fundamental à saúde,**

**que inclui o fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros, para o tratamento de enfermidades. Incidência da Súmula 83/STJ.**

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 468.887/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/03/2014).

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE REMÉDIO. PORTADOR DO VÍRUS HIV. OBRIGAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL. MEDICAMENTOS INDICADOS POR PRESCRIÇÃO MÉDICA. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE.

1. É assente o entendimento de que a Saúde Pública consubstancia direito fundamental do homem e dever do Poder Público, expressão que abarca a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos em conjunto. Nesse sentido, dispõem os arts. 2º e 4º da Lei n. 8.080/1990.

2. Assim, o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, do Estados e dos Municípios. Dessa forma, qualquer um destes entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo da demanda.

3. 'A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que não incorre em condenação genérica o provimento jurisdicional que determina ao Estado prestar tratamento de saúde e fornecer medicamentos necessários ao cuidado contínuo de enfermidades determinadas e já diagnosticadas por médicos' (AgRg no AREsp 24.283/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/04/2013).

4. Observa-se a perda de objeto dos embargos de declaração de fls. 319/325, visto que objetivavam o julgamento do presente agravo regimental, que estava sobrestado. Agravo regimental improvido. Embargos de declaração prejudicados" (STJ, AgRg no Ag 822.197/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/12/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de restabelecer a sentença de fls 64/66e.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora